

## EDITORIAL

A revista “Direitos, Trabalho e Política Social”, em seu terceiro número, apresenta treze artigos elaborados a partir do tema central da presente edição, que é o meio ambiente do trabalho e trabalho análogo à escravidão, mantendo a linha de atender às demandas apresentadas pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e em Direito Agroambiental da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Esta publicação é viabilizada pelo Projeto Ação Integrada (PAI), coordenado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso (SRTE/MT), pela Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região (PRT-23) e pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O PAI é apoiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS/MT), pela Fundação Uniselva, pelo SENAI, pelo SESI, pelo Centro de Pastoral para Migrantes e pelo Centro Burnier Fé e Justiça.

A viabilização desta Revista representa um compromisso de todas as entidades participantes do PAI em produzir e publicizar conhecimento como mecanismo para a reflexão sobre os diversos problemas que envolvem o mundo do trabalho. Trata-se de uma forma de colocar em debate para a sociedade mato-grossense temas de grande relevância, cujo estudo tem a possibilidade de servir de instrumental para analisar a realidade local.

O tema escolhido para esta edição, meio ambiente do trabalho e trabalho análogo à escravidão, é um dos principais assuntos na ordem do dia no mundo do trabalho. A ligação entre os dois elementos é intensa, tendo em vista que parcela expressiva dos traba-



lhadores resgatados em condições análogas à de escravo no Brasil e em Mato Grosso se dá em decorrência da identificação de condições degradantes, em que disposições de saúde e segurança são flagrantemente desrespeitadas.

Os treze artigos publicados nesta edição, sob perspectivas distintas, abordam o trabalho em condições análogas à de escravo e o meio ambiente do trabalho e apresentam contribuições relevantes para se refletir sobre esses temas.

**Francisco Milton Araújo Júnior e Guilherme Guimarães Feliciano** abrem a Revista com artigo sobre a tutela jurídica da saúde e segurança do trabalhador no direito comunitário para, a partir da análise dos instrumentos existentes na Europa, indicar diretrizes úteis de serem adotadas no ordenamento jurídico brasileiro.

**Henrique Sacomano Nasser e Juliana de Araújo Silva** apresentam estudo sobre o a celebração do Compromisso nacional para aperfeiçoamento das condições de trabalho na cana de açúcar entre trabalhadores rurais e empresas do setor, por meio de intermediação do governo, destacando os interesses envolvidos, especialmente empresariais e governamentais, neste processo.

**Ney Maranhão** oferece apurada análise sobre o meio ambiente do trabalho no contexto jurídico a partir de uma perspectiva constitucional da matéria, propondo um conceito leva em consideração a complexidade do tema e a interação sistêmica das condições de trabalho, da organização do trabalho e das relações interpessoais desenvolvidas no âmbito laboral.

**Patrícia Rosalina da Silva** apresenta os resultados de pesquisa realizada no âmbito do Projeto Ação Integrada e indica o perfil dos trabalhadores atendidos pelo PAI entre os anos de 2009 e 2015, contri-



buindo para compreender as características dos trabalhadores resgatados de condições análogas à de escravo e socialmente vulneráveis no Estado de Mato Grosso.

**Saul Duarte Tibaldi e Gracyano Luiz Marquetti Vivan** promovem importante debate sobre os projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional e que possuem o objetivo de alterar o conceito de trabalho em condição análoga à de escravo previsto no ordenamento jurídico brasileiro, com enfoque no viés de princípios constitucionais, tais como a dignidade da pessoa humana, a vedação do retrocesso social e a proibição de proteção deficiente.

**Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa** trata dos discursos que envolvem os deslocamentos e as trajetórias de pessoas no Estado de Mato Grosso com enfoque posterior a 1970, período em que ocorreram grandes investimentos locais pelo Governo Federal e em um contexto de expansão agrícola e no qual há divulgação de ideias de progresso e modernidade.

**Delano David Moraes da Silva** analisa os recentes fluxos imigratórios de haitianos ao Brasil e a forma pela qual essas pessoas são acolhidas no país, identificando preconceitos, que teriam origem em concepções políticas oriundas do final do século XIX, e as consequências na vida dessa população, com atenção maior nas relações de trabalho.

**Laura Fernanda Melo Nascimento e Daniela Lorena León Graça** discorre sobre a experiência brasileira de combate ao trabalho escravo em sua vertente repressiva e na responsabilização de empresas inseridas em cadeias produtivas, bem como a contribuição que pode ser feita no debate internacional a essa violação de direitos humanos.

**Andressa dos Santos Alves e Marina Dorileo Barros** apresentam estudo jurídico e interdisciplinar sobre o exercício do direito gre-



ve ambiental, em que a paralisação das atividades laborais ocorreriam diante de situações nas quais se identifica um desequilíbrio no meio ambiente do trabalho e há ameaça à integridade e à vida do trabalhador.

**Flávia Maria de Abreu Viana** promove estudo sobre a efetividade da aplicação da teoria de justiça de Immanuel Kant ao trabalhador na contemporaneidade, tendo como parâmetro o cotejo entre o respeito à dignidade da pessoa humana com a degeneração de convenções sociais que decorriam da disseminação da modernidade líquida, conceito desenvolvido por Zygmunt Bauman.

**Loyuá Ribeiro Fernandes Moreira da Costa** analisa o trabalho em condições análogas à de escravo contemporâneo sob a perspectiva da ordem capitalista, estudando as diversas facetas que essa grave violação de direitos humanos toma forma na atualidade, assim como as medidas que podem ser exigidas dos governos para erradicá-lo.

**Ana Lúcia Ribas Saccani Casarotto** debate a questão do trabalho análogo à escravidão no Brasil, a partir da atuação do Ministério Público do Trabalho, apontando o arcabouço jurídico existente para combater essa violação aos direitos humanos, bem como as medidas adotadas para a erradicação desta forma de exploração de mão de obra.

**Liliane Capilé Charbel Novais, Adriana Aparecida do Vale Kitagawa e Delaine Regina Bertoldi** abordam de forma conceitual o trabalho infantil doméstico, indicando os efeitos colaterais desta prática, os aspectos sociais que o acomodam e os paradoxos existentes na proteção conferida pela legislação brasileira e na proteção da prática cotidiana.

Boa leitura!

**Renan Bernardi Kalil**  
Conselho Editorial Científico

